

# Estados Unidos: O império enxerga seu declínio\*

Philip S. Golub\*\*

*As divergências no interior do establishment norte-americano tornam-se agudas, num sinal de que a guerra contra o Iraque pode ter revelado as debilidades do Exército e, ainda mais grave, devastado a “legitimidade mundial da América”.*

No centro da elite do poder norte-americano, as conseqüências desastrosas da invasão e ocupação do Iraque provocaram uma crise ainda mais profunda do que a desencadeada pela derrota no Vietnã, há 30 anos. Para cúmulo da ironia, essa crise afeta a coalizão de ultranacionalistas e neoconservadores que se formou nos anos 70, exatamente para tentar pôr fim à “síndrome do Vietnã”, restaurar o poder norte-americano e fazer reviver o “anseio de vitória” dos Estados Unidos.

Se ainda não houve protestos em massa populares e organizados, como durante a guerra do Vietnã, é, sem dúvida, em razão de o Exército ser composto principalmente de voluntários egressos dos meios sociais mais pobres; bem como pelo fato de essa guerra ser financiada “mal-e-mal” pelos capitais estrangeiros (por quanto tempo mais?). Mas, entre a “elite”, a crise rompeu o *establishment* de segurança nacional que governa o país desde a Segunda Guerra Mundial.

O desacordo, expresso publicamente por meia dúzia de generais da reserva, acerca da condução da guerra<sup>1</sup> – um fato sem precedentes –, veio juntar-se à manifestação recorrente de dissenso entre as agências de informação e o Departamento de Estado desde 2003. Isso denota uma tendência mais profunda, que atinge importantes setores da elite e as principais instituições do Estado. Mas poucos críticos da guerra são tão diretos quanto o General da reserva William Odom. Ele repete incansavelmente que a invasão do Iraque representa o “mais importante desastre estratégico da história dos Estados Unidos”.<sup>2</sup> Ou quanto o Coronel Larry Wilkerson, ex-chefe do estado-maior de Colin Powell, que denuncia um “erro de dimensão histórica” e pede a destituição do chefe de Estado.<sup>3</sup> Ou ainda o ex-Diretor do Conselho Nacional de Segurança, Zbigniew Brzezinski, que qualificou a Guerra no Iraque e a ocupação do país de “calamidade histórica, estratégica e moral”.<sup>4</sup>

\* Transcrito de *Le Monde Diplomatique*, 27.10.2007.

\*\* O autor é Professor da Universidade de Paris – VIII e jornalista.

<sup>1</sup> Ver “Retired Generals Speak Out to Oppose Rumsfeld”, *The Wall Street Journal*, 14 abr. 2006.

<sup>2</sup> Associated Press, 5 out. 2005. O General Odom estava à frente da National Security Agency (NSA) na gestão de Ronald Reagan.

<sup>3</sup> Citado em “Breaking Ranks”, *The Washington Post*, 19 jan. 2006.

<sup>4</sup> Declaração diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, 1º fev. 2007.

Em sua maioria, as críticas da elite feitas publicamente não vão tão longe. Em geral, dirigem-se mais ao modo como a guerra e a ocupação tiveram início do que à questão fundamental da invasão em si. Mas isso não muda o fato de que a discórdia é profunda e generalizada, com diferentes secretários [ministros] do governo rejeitando o erro e se acusando mutuamente de serem os responsáveis pela “perda do Iraque”.<sup>5</sup> Em privado, antigos dirigentes de alto escalão entregam-se a acessos de raiva impotente, denunciam “cabalas” sombrias e vituperam a Casa Branca. Sem a menor ironia, um ex-oficial do Conselho de Segurança Nacional compara os atuais ocupantes da instituição com “a família Corleone”, imortalizada no filme *O Poderoso Chefão*. “Por conta de um bando incompetente, arrogante e corrupto”, diz outro oficial de alta patente, “estamos perdendo nossa posição dominante no Oriente Médio”. Veterano do Vietnã, um senador republicano afirma: “A Casa Branca quebrou o Exército e ultrajou sua honra”.

Nenhum desses críticos institucionais poderia ser de algum modo considerado “santo”: sejam quais forem suas afiliações políticas ou opiniões pessoais, eles foram, ou ainda são, guardiães do poder, gestores do Estado de segurança nacional. Foram, por vezes, atores de intervenções imperialistas abertas ou clandestinas, empreendidas no Terceiro Mundo durante e depois da Guerra Fria. Foram (ou ainda são) “gestores de sistema” do aparelho burocrático de segurança nacional, que o sociólogo C. Wright Mills foi o primeiro a dissecar e cuja função é produzir e reproduzir o poder.

Conseqüentemente, não podemos distinguir tais “realistas”, enquanto grupo social, do objeto de suas críticas, no que diz respeito à disposição em empregar a força ou ao caráter implacável com que, a história está de prova, perseguiram os objetivos do Estado. A causa de seu descontentamento não pode ser atribuída a convicções divergentes em matéria de ética, normas e valores (ainda que tais diferenças possam motivar alguns indivíduos). A discórdia é resultado de uma constatação fria, racional, de que a guerra no Iraque deixou “o Exército norte-americano quase arruinado”<sup>6</sup> e comprometeu seriamente, até mesmo de maneira irreparável, “a legitimidade mundial da América”<sup>7</sup> – isto é, sua capacidade de moldar as preferências mundiais e de definir a ordem do dia no planeta. Em suas expressões mais sofisticadas, como no caso de Brzezinski, essa divergência traduz a compreensão do fato de que o poderio não se limita ao poder de coerção e que a legitimidade hegemônica, uma vez perdida, é difícil de ser restabelecida.

### **Américas, Ásia, Europa, Oriente Médio... em toda parte, sinais de uma hegemonia em crise**

Os sinais de queda da hegemonia norte-americana são visíveis em todos os lugares: na América Latina, onde a influência dos Estados Unidos é a mais baixa em décadas; no Leste Asiático, onde Washington, de má vontade, teve de negociar com a Coreia do Norte e reconhe-

<sup>5</sup> O ex-Diretor da CIA George Tenet, em seu livro *At the Center of the Storm*, responsabiliza a Casa Branca pelos erros estratégicos cometidos no Iraque e afirma que nunca houve um “debate sério” sobre a questão de saber se esse país representava uma ameaça iminente ou se não seria melhor simplesmente reforçar as sanções e descartar a guerra. Trata-se do último desentendimento público opondo a CIA à Casa Branca desde, pelo menos, 2003.

<sup>6</sup> Para citar o ex-Secretário de Estado Colin Powell durante o programa televisivo *Face the Nation*, na CBS, em 17 dez. 2006.

<sup>7</sup> Zbigniew Brzezinski, declaração diante da Comissão de Relações Exteriores do Senado, 1º de fevereiro 2007.

cer na China um ator indispensável à segurança regional; na Europa, onde o projeto de instalar baterias antimísseis é contestado pela Alemanha e outros países da União Européia; no Golfo Pérsico, onde os aliados de longa data, como a Arábia Saudita, perseguem objetivos regionais autônomos que, somente em parte, coincidem com os dos Estados Unidos; no seio das instituições internacionais, seja a ONU, seja o Banco Mundial (cujo Presidente, o norte-americano Paul Wolfowitz, envolvido em um esquema de nepotismo, teve de entregar o cargo, em 30 de junho), onde Washington não tem mais condições de determinar a ordem do dia.

Ao mesmo tempo, as pesquisas de opinião internacionais, realizadas regularmente pelo PEW Research Center de Washington,<sup>8</sup> apontam uma atitude sistemática de desafio à política externa norte-americana em nível quase mundial e um desgaste do soft power, o fascínio exercido pelos Estados Unidos no mundo. O “sonho norte-americano” afundou, diante da imagem de um leviatã militar que exhibe apenas desprezo pela opinião pública internacional e viola as regras que os próprios Estados Unidos instituíram.<sup>9</sup> A opinião mundial pode não pôr fim às guerras, mas pesa de forma mais sutil nas relações internacionais.

Limitar, em parte, esse desgaste seria talvez possível sob a condução de outros dirigentes e em circunstâncias totalmente novas. É, no entanto, difícil imaginar como um novo consenso interno poderia ser restabelecido em curto prazo. Foram necessários muitos anos para reconstruir o Exército, após submetê-lo a duras provas na Guerra do Vietnã, bem como repensar as doutrinas e definir um novo consenso das elites, quando não popular,

sobre o uso da força. Depois do Iraque, não será fácil mobilizar o sentimento nacionalista para empreender novas aventuras no exterior. Da mesma forma, não se pode esperar um retorno ao *status quo* anterior da política mundial.

### **Em xeque, idéias sobre o papel internacional dos EUA que animaram o país desde os anos 1940**

A invasão e a ocupação do Iraque não são as únicas causas das tendências mundiais evocadas acima. A guerra somente acentuou um momento em que forças centrífugas maiores já estavam em ação: o desgaste e o posterior desmoronamento do “Consenso de Washington” e o aumento da influência de novos centros gravitacionais econômicos – sobretudo na Ásia –, já bem estabelecidos quando George W. Bush tomou a decisão calamitosa de invadir o Iraque. A história avança, enquanto os Estados Unidos permanecem atolados em um conflito que absorve todas as energias do país.

Aos olhos das elites no poder, essa configuração é profundamente preocupante. Desde a metade do século XX, os dirigentes norte-americanos passaram a achar que tinham a responsabilidade histórica singular de dirigir e governar o sistema internacional. Ocupando o topo do mundo desde a década de 1940, eles partiam do princípio que, a exemplo da Grã-Bretanha no século XIX, os Estados Unidos estavam destinados a agir como *hegemon* – Estado dominante detentor da vontade e dos meios de estabelecer e manter a ordem internacional, bem como de assegurar a paz e uma economia mundial liberal aberta e em expansão. Na interpretação seletiva que fizeram da história, foi a incapacidade da Grã-Bretanha

<sup>8</sup> Ver: The Pew Research Center for the People and the Press.

<sup>9</sup> Ver: PEW Global Attitudes Project

de manter esse papel e a reticência simultânea dos Estados Unidos em assumir sua responsabilidade (o “isolacionismo”) que propiciaram o ciclo guerra mundial-depressão-guerra mundial, durante a primeira metade do século XX.

Essa hipótese, profundamente arraigada nas mentes, tem por corolário um argumento circular: uma vez que a ordem requer um centro dominante, manter tal ordem (ou evitar o caos) requer perpetuar a hegemonia. Esse sistema de pensamento, que os pesquisadores norte-americanos na década de 1970 definiram como “teoria da estabilidade hegemônica”, pauta a política externa dos Estados Unidos desde que o país emergiu da Segunda Guerra Mundial como centro ocidental do sistema mundial.

As elites política e econômica norte-americanas entreviam, desde 1940, uma “grande revolução no equilíbrio do poder”. Washington iria se “tomar o herdeiro universal e administrador do patrimônio econômico e político do Império Britânico. O cetro [passaria] para as mãos dos Estados Unidos”.<sup>10</sup> Um ano mais tarde, Henry R. Luce anunciava a chegada do famoso “século norte-americano”. “Esse primeiro século em que a América será uma potência dominante no mundo”, escrevia ele, significava que o povo norte-americano deveria “aceitar sem reserva [seu] dever e [sua] perspectiva de futuro como a nação mais poderosa e vital e exercer sobre o mundo o pleno impacto de [sua] influência pelos meios que [lhe] parecessem apropriados”.<sup>11</sup> Em meados dos anos 40, os contornos do “século norte-americano” já se desenhavam claramente: predomínio econômico reforçado por uma supremacia estratégica baseada em uma rede planetária de ba-

ses militares estendendo-se do Ártico à Cidade do Cabo; do Atlântico ao Pacífico.

Presidindo a construção do Estado de segurança nacional, os dirigentes do pós-guerra estavam tomados – para retomar a expressão do historiador William Appleman Williams – de “visões de onipotência”.<sup>12</sup> Os Estados Unidos beneficiavam-se de enormes vantagens econômicas e de um avanço tecnológico considerável e detiveram por um curto período o monopólio atômico. O impasse coreano (1953) e os programas soviéticos de armas e mísseis nucleares certamente abalaram a confiança dos EUA, mas foi a derrota no Vietnã e as turbulências sociais que acompanharam a guerra no plano interno que revelaram os limites do poderio.

### **Inevitável paralelo com o início do declínio britânico, também marcado por uma guerra desastrosa**

O “realismo em uma era de declínio” preconizado por Henry Kissinger e Richard Nixon era somente uma forma de admitir, a contragosto que o tipo de hegemonia global exercido há mais de 20 anos não poderia durar para sempre. Mas o Vietnã e a Era Nixon marcaram uma virada mais paradoxal. Eles prepararam a reação dos anos 80: a “revolução conservadora” e os esforços conjuntos para restabelecer e renovar o Estado de segurança nacional e o poderio mundial norte-americano. Quando a União Soviética desmoronou, alguns anos mais tarde, as ilusões de onipotência ressurgiram. Os triunfalistas conservadores voltaram a sonhar com uma “primazia” internacional de longa duração. O Iraque era uma

<sup>10</sup> Discurso do presidente do conselho da National Industrial Conference no congresso anual da Investment Bankers Association, 10 dez. 1940. Citado em James J. Martin, *Revisionist Viewpoints*, Ralph Myles Publisher, Colorado Springs, 1971.

<sup>11</sup> Henry R. Luce, “The American Century”, *Life Magazine*, 1941, artigo reeditado no *Diplomatic History*, primavera 1999, v. 23, n. 2.

<sup>12</sup> WILLIAMS, William Appleman. *The Tragedy of American Diplomacy*. Nova York: Delta Books, 1962.

experiência estratégica, destinada a inaugurar o “segundo século norte-americano”. A experiência deu errado, assim como a política externa estadunidense.

As analogias históricas nunca são perfeitas, mas o exemplo da Grã-Bretanha e da prolongada derrocada do império pode lançar uma luz sobre o momento histórico atual. No crepúsculo do século XIX, raros eram os dirigentes britânicos que podiam imaginar seu fim. Quando foi celebrado o *Diamond Jubilee* da Rainha Vitória, em 1897, a Grã-Bretanha estava à frente de um império transoceânico formal, que englobava um quarto dos territórios do mundo e 300 milhões de súditos – ou mais do dobro, se incluirmos a China, colônia virtual de 430 milhões de habitantes. A City londrina era o centro de um império comercial e financeiro ainda mais vasto, cuja teia abarcava o mundo inteiro. Portanto, não é nada surpreendente que uma importante parte da elite britânica pensasse, apesar do receio suscitado pela concorrência manufatureira norte-americana e alemã, que a Grã-Bretanha recebera “como presente do todo-poderoso um arrendamento do universo por toda a eternidade”.

O *Jubilee* devia ser “o último raio de sol de uma confiança total na capacidade britânica de governar”.<sup>13</sup> A segunda Guerra dos Bôeres (1899-1902),<sup>14</sup> empreendida na África do Sul para preservar a rota das Índias e reforçar o “elo mais fraco da corrente imperial”, foi um enorme desperdício humano e financeiro. Além disso, ela revelou as atrocidades da política da terra arrasada a uma opinião pública inglesa cada vez menos dócil. “A guerra sul-africana foi, para a potência imperial britânica, a provação mais importante desde a Rebelião Indiana e

a guerra mais vasta e mais onerosa empreendida pela Grã-Bretanha entre a derrota de Napoleão e a Primeira Guerra Mundial”.<sup>15</sup>

Apenas 12 anos depois, teve início a Primeira Guerra Mundial, levando os seus protagonistas europeus à derrocada e ao esgotamento. O longo fim da Era Britânica havia começado. Mas o Império não somente resistiu à crise imediata como perdurou por décadas, ultrapassando a Segunda Guerra Mundial, antes de ver um fim sem glória, pela mão dos norte-americanos, em Suez, em 1956. No entanto, um século mais tarde, a nostalgia da grandeza persiste, como vemos nas desventuras mesopotâmicas do Primeiro-Ministro Tony Blair. Os últimos resquícios imperiais ainda não foram extintos.

Para a elite no poder dos Estados Unidos, manter-se no topo do mundo há mais de meio século é considerado um fato natural. A hegemonia, como o ar que respiramos, tornou-se um modo de ser, um estilo de vida, um estado de espírito. Os críticos institucionais “realistas” são, certamente, mais prudentes do que aqueles a quem criticam. Mas eles não dispõem, ainda, de um quadro conceitual no qual as relações internacionais sejam baseadas em outra coisa que não a força, o confronto ou a predominância estratégica.

A crise atual e o impacto crescente dos problemas mundiais, sem solução no âmbito nacional, originarão, talvez, novos impulsos em matéria de cooperação e interdependência. Em todo caso, é preciso esperar. Mas é provável que a política norte-americana permaneça imprevisível: como mostram todas as experiências pós-coloniais, desfazer um império pode ser um processo longo e traumático. ☹

<sup>13</sup> Citado em Elisabeth Monroe, *Britain's Moment in the Middle East, 1914-1956*. Londres: Chatto & Windus, 1963.

<sup>14</sup> Tanto o segundo quanto o primeiro conflito (1880-1881) opunham os britânicos e os colonos de origem neozelandesa (bôeres).

<sup>15</sup> C. Saunders e I. R. Smith, “Southern Africa, 1795-1901”, in *The Oxford History of the British Empire*, v. III, The Nineteenth Century.